

CSC - Central de  
Serviços  
Compartilhados  
S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações d resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Prof. Othon Gama Deça, 677, 6º andar, sala 603  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
CEP 88015240, Florianópolis, SC- Brasil  
Telefone +55 (48) 3205-5300  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da  
CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A.**  
Florianópolis - SC

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SC-000190/F-9

André Luiz de Godoy  
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

## CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.073	3.562	Fornecedores		135	308
Contas a receber	5	1.696	1.385	Salários, provisões e contribuições sociais	9	2.823	2.658
Impostos e contribuições a recuperar	7	518	296	Impostos e contribuições a recolher	10	236	233
Outros créditos		<u>151</u>	<u>136</u>	Dividendos propostos		17	17
				Adiantamento de clientes		-	3
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>5.438</u>	<u>5.379</u>	Arrendamentos a pagar	11	<u>414</u>	<u>358</u>
				<b>Total do passivo circulante</b>		<u>3.625</u>	<u>3.577</u>
Direito de uso	8	<u>1.181</u>	<u>843</u>	Arrendamentos a pagar	11	<u>809</u>	<u>474</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>1.181</u>	<u>843</u>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>809</u>	<u>474</u>
				Capital social		1.090	370
				Reservas de lucros		<u>1.095</u>	<u>1.801</u>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	12	<u>2.185</u>	<u>2.171</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>6.619</u></u>	<u><u>6.222</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>6.619</u></u>	<u><u>6.222</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

## Demonstrações do resultado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	13	<u>14.403</u>	<u>14.809</u>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	14	<u>(14.435)</u>	<u>(13.833)</u>
<b>Lucro líquido operacional</b>		<u>(32)</u>	<u>976</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras		(74)	(32)
Receitas financeiras		<u>121</u>	<u>74</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>15</u>	<u>1.018</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15	<u>(1)</u>	<u>(314)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u>14</u>	<u>704</u>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0133	1,9027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Resultado do exercício	14	704
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>14</u></b>	<b><u>704</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	
	Capital Social	Legal			Retenção
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>370</u>	<u>73</u>	<u>1.031</u>	<u>-</u>	<u>1.474</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	704	704
Destinações:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7)	(7)
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reserva de retenção - Lucros à disposição da assembleia	-	-	696	(696)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>370</u>	<u>74</u>	<u>1.727</u>	<u>-</u>	<u>2.171</u>
Integralização ao capital social - AGO 26/04/2021	720	-	(720)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14	14
Destinações:					
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reserva de retenção - Lucros à disposição da assembleia	-	-	13	(13)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>1.090</u>	<u>75</u>	<u>1.020</u>	<u>-</u>	<u>2.185</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	15	1.018
Ajuste de		
Depreciação arrendamento	8.b 751	640
Juros sobre arrendamentos	28	29
<b>Variações em</b>		
Contas a receber	(311)	(67)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(222)	141
Outras contas a receber	(15)	(118)
Fornecedores	(173)	34
Salários, provisões e contribuições sociais	165	303
Impostos e contribuições a recolher	9	(276)
Adiantamento de clientes	-	(44)
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações</b>	<b>34</b>	<b>1.660</b>
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	(28)	(29)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(48)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>6</b>	<b>1.583</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de passivos de arrendamento (principal)	(707)	(607)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(707)</b>	<b>(607)</b>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(489)	976
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.562	2.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.073	3.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

### 1 Contexto operacional

A CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A. ("CSC" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social e principal atividade a prestação de serviços de apoio administrativo, financeiro e técnico e serviços congêneres, para atender exclusivamente os seus acionistas e terceiros que explorem unidades de energia elétrica. A CSC tem sede em Rua Lauro Linhares, nº 2010 Ed. Comercial São Francisco, Bloco B, 1º andar, Bairro Trindade, Florianópolis, SC, CEP 88.036-002, tendo sido constituída em 29 de abril de 2009.

As operações da Companhia são realizadas de forma complementar as atividades de seus acionistas, visando exclusivamente a prestação de serviços terceirizados, essas transações estão divulgadas na nota explicativa 6. O volume de operações da Companhia e sua continuidade estão diretamente associados às decisões estratégicas da administração e de seus acionistas.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

A Administração entende que dispõe de todos os elementos necessários para que estas demonstrações financeiras sejam preparadas, assim como de fato foram, com base no pressuposto de sua continuidade operacional.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pela Diretoria em 13 de abril de 2022.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras que estão a valor justo.

#### c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### a. Instrumentos financeiros

##### (i) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

O contas a receber de clientes foram reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### (ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

##### (iii) *Desreconhecimento*

###### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**c. Contas a receber de partes relacionadas e não relacionadas**

As contas a receber de partes relacionadas e não relacionadas são avaliadas no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente, visto que não há presunção de juros embutidos sobre estes recebíveis. Sobre estes montantes não foram identificados riscos de crédito, em função de se tratar de transação com partes relacionadas e não relacionadas, totalmente adimplentes. Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram registradas perdas.

**d. Contas a pagar a fornecedores**

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Inicialmente reconhecidos com base no valor não descontado devido ao fornecedor e ao fim de cada exercício de divulgação, a Companhia os avalia a fim de mensurá-los com base no valor que espera pagar.

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia realiza a avaliação de provisão para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou,
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

#### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Após análise, a Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

#### **f. Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída

de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações.

**g. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para imposto diferido é reconhecida com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**h. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade

do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Companhia.

**i. Reconhecimento de receitas**

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviços. A receita é reconhecida quando da prestação dos serviços, os quais são medidos em bases mensais.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a CSC uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social e principal atividade a prestação de serviços de apoio administrativo, financeiro e técnico e serviços congêneres, para atender exclusivamente os seus acionistas e terceiros que explorem unidades de energia elétrica. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Serviços ou produtos determinados através da prestação de serviços mensal; (ii) Preços determinados em contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

**j. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas são continuamente avaliadas com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

**k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:



- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

#### **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Depósitos bancários a vista	151	309
Aplicações financeiras (i)	2.922	3.253
	3.073	3.562

- (i) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remunerados a taxa de 102% (99% em 31 de dezembro 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

#### **5 Contas a receber**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Transações com partes relacionadas (nota 6)	866	769
Contas a receber	830	616
	1.696	1.385

O saldo de contas a receber de clientes não apresenta atrasos relevantes e não possui histórico de inadimplência.

### Classificação por prazo de vencimento

	2021	2020
Vencidos de 181 a 365 dias	-	4
Vencidos de 31 a 180 dias	118	37
Vencidos até 30 dias	144	9
A vencer até 30 dias	1.434	1.321
A vencer de 31 a 180 dias	-	14
	1.696	1.385

## 6 Partes Relacionadas

A Companhia efetua a prestação de serviços, como descrito na Nota 1, principalmente para as em Companhias acionistas e suas partes relacionadas. Os saldos contábeis dessas transações estão demonstrados no quadro a seguir:

	Contas a receber		Prestação de serviços (receita bruta)	
	2021	2020	2021	2020
<b>Acionistas:</b>				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	223	-	2.873	3.120
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	223	244	2.873	3.120
<b>Partes relacionadas dos acionistas:</b>				
Consórcio Machadinho	37	36	471	450
Consórcio Empresarial Salto Pilão	98	92	1.235	1.181
Serra do Facão Energia S.A.	44	43	447	444
Consórcio Estreito Energia	48	45	620	574
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	162	155	2.067	1.977
Foz do Chapecó Energia S. A.	16	15	99	95
CTG - Rio Paraná Energia S. A.	15	121	190	310
Araripe III	-	3	-	84
Outros	-	15	168	229
	866	769	11.042	11.584

O saldo de contas a receber é realizado em até 30 dias, a partir do primeiro dia útil do mês seguinte e contempla somente os valores a receber pela prestação de serviços, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros. Não apresenta atrasos relevantes e não há histórico de inadimplência, dessa forma, não há provisão para perdas de crédito esperadas contabilizados em 31 de dezembro 2021 e 2020 de acordo com as políticas da Companhia.

As transações acima citadas são realizadas em condições específicas que podem divergir de transações usuais de mercado.

### Remuneração da administração

A remuneração do pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 515 (R\$ 493 em 31 de dezembro de 2020).

## 7 Impostos e contribuições a recuperar

	2021	2020
IRPJ a compensar	264	106
CSLL a compensar	170	84
Imposto de renda sobre aplicação financeira	16	2
PIS a recuperar	12	17
COFINS a recuperar	55	87
	518	296

## 8 Direito de uso

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis e equipamentos utilizados na unidade administrativa. Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto desses fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Companhia. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo, apresenta um intervalo de 2,5% a.a. a 6,47% a.a.

### a) Composição do direito de uso

	Vida útil	2021	2020
Imóvel	3 anos	462	669
Equipamentos	3 anos	720	174
		1.181	843

**b) Movimentação do direito de uso**

	<b>Direito de uso</b>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>763</u>
Novos contratos	720
Amortizações	<u>(640)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>843</u>
Novos contratos	1.089
Amortizações	<u>(751)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>1.181</u>

**9 Salários, provisões e contribuições sociais**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários a pagar	357	317
INSS a recolher	495	153
FGTS a recolher	55	50
IRRF sobre salários	115	83
Provisão – Participação nos lucros e resultados	989	1.285
Provisão de férias e encargos	<u>812</u>	<u>770</u>
	<u>2.823</u>	<u>2.658</u>

**10 Impostos e contribuições a recolher**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1	1
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	1
Imposto Sobre Serviços - ISS	77	77
Outros	7	7
Programa de Integração Social - PIS	27	26
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<u>125</u>	<u>121</u>
	<u>236</u>	<u>233</u>

## 11 Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui contratos vigentes de locação de imóvel e locação de equipamentos de informática. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IGPM/FGV acumulado 12 meses.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Passivos de arrendamentos - imóvel	750	670
Passivos de arrendamentos - equipamentos	538	205
AVP – Ajuste a valor presente	<u>(65)</u>	<u>(43)</u>
	<u>1.223</u>	<u>832</u>
Passivo circulante	414	358
Passivo não circulante	809	474
	<b>Passivo de arrendamento</b>	
Em 31 de dezembro de 2019	<u>719</u>	
Adições	720	
Juros provisionados	29	
Amortização principal	(607)	
Amortização juros	<u>(29)</u>	
Em 31 de dezembro de 2020	<u>832</u>	
Adições	1.098	
Juros provisionados	28	
Amortização principal	(707)	
Amortização juros	<u>(28)</u>	
Em 31 de dezembro de 2021	<u>1.223</u>	

Em 2020, o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos sofreu uma revisão afim de prever um expediente prático relacionado aos descontos obtidos por arrendatários, em contratos de arrendamento, relacionados à Covid-19. Tal expediente prático prevê que o arrendatário poderia optar por não avaliar se um benefício concedido em função da pandemia seria reconhecido como uma modificação do contrato de arrendamento. Assim, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios negociados com os arrendadores de imóveis em função de descontos obtidos nos contratos de arrendamentos dentro do período permitido pela norma. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Até um ano	414	358
De um a dois anos	809	474
Total	1.223	832

## 12 Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro 2021 e 2020 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, composto por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a seguinte composição:

	<b>2021</b>		
	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	545.006	545	50
Campos Novos Energia S.A.	545.006	545	50
Total	1.090.012	1.090	100

  

	<b>2020</b>		
	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	185.000	185	50
Campos Novos Energia S.A.	185.000	185	50
Total	370.000	370	100

Conforme Assembleia Geral Ordinária de acionistas realizada em 26 de abril de 2021, foi integralizado ao capital social o montante de R\$720 com reservas de retenção de lucros.

### b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações da Companhia. O

montante de R\$ 12 (R\$ 696 em 31 de dezembro de 2020), remanescente dos lucros do exercício corrente, após as destinações, serão destinados conforme deliberação futura em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro 2021 a Companhia apresenta excesso de reservas de lucros em relação ao capital social no montante de R\$ 5. A destinação será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária, atendendo o disposto no artigo nº 199 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**c) Dividendos mínimos obrigatórios**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei, após a constituição de 5% sobre o lucro líquido do exercício a título de reserva legal.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos do estatuto social, é como segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro líquido do exercício	14	704
Constituição da reserva legal (5%)	(1)	(1)
Base de cálculo dos dividendos	13	703
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	-	(7)
Destinação para reserva de retenção de lucros	13	696

## **13 Receita líquida**

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita bruta - operações com partes relacionadas	11.042	11.584
Receita bruta - operações com partes não relacionadas	5.629	5.623
Impostos sobre prestação de serviços	(2.268)	(2.398)
Receita líquida	14.403	14.809

## 14 Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Pessoal	(11.451)	(10.799)
Material	(114)	(185)
Serviços de terceiros	(2.076)	(2.040)
Aluguéis	(138)	(150)
Seguros	(34)	(32)
Tributos	(38)	(63)
Amortização direito de uso	(493)	(611)
Outros custos	(91)	47
	(14.435)	(13.833)

## 15 Imposto de renda e contribuição social

A seguir, reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado do exercício:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15	1.018
Alíquota fiscal combinada (15% de IR e 9% de CS) - %	24%	24%
	(4)	(244)
Adicional de IR – 10%	-	(70)
Exclusão	3	-
Efeito dos impostos no resultado do exercício	(1)	(314)
Alíquota efetiva - %	24%	30,84%

A Companhia não possui prejuízos fiscais acumulados.

## 16 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.



Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	3.073	3.562
Contas a receber (nota 5)	1.696	1.385
	<u>4.769</u>	<u>4.947</u>

***Risco de liquidez***

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

***Risco de mercado***

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

***Risco de taxa de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020 a Companhia possui aplicações financeiras que são indexadas por taxas pós-fixadas de CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

***Risco operacional***

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez.

Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos.

**b. Instrumentos financeiros - Valor justo**

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 e 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e são equivalentes aos seus respectivos valores justos.

**a. Classificação contábil**

A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos instrumentos financeiros.

<b>Ativos financeiros</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<u>Valor justo por meio do resultado – VJR</u>		
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2.922	3.253
<u>Custo amortizado:</u>		
Contas a receber	1.696	1.385
	<u>4.769</u>	<u>4.947</u>
 <b>Passivos financeiros</b>	 <b>2021</b>	 <b>2020</b>
<u>Custo amortizado:</u>		
Fornecedores	135	308
	<u>135</u>	<u>308</u>

**17 Provisões para contingências**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui ações trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como possíveis, prováveis ou remotas, portanto, nenhuma provisão ou divulgação é requerida de acordo com o CPC 25.